

A REVOLUÇÃO BRASILEIRA E SEUS REVISORES NO PÓS-1964: QUATRO NARRATIVAS MARXISTAS

Sander Cruz Castelo

RESUMO

Objetiva-se, neste ensaio, situar a renovação do marxismo brasileiro, desencadeada a partir do golpe civil-militar de 1964. Tendo sido invalidados os pressupostos da revolução brasileira construídos pelo PCB, buscou-se redimensioná-los no novo contexto, especialmente dentro das hostes da sociologia paulista. Tomando como matriz a obra *A revolução brasileira* (1966), de Caio Prado Jr., e explorando o conteúdo de três outras que a seguiram, quais sejam, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969), de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira, e *A revolução burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes, acompanha-se a lenta reconstrução de um edifício teórico a cada dia mais nativo.

Palavras-Chave: intérpretes do Brasil; marxismo brasileiro; revolução brasileira.

INTRODUÇÃO

O golpe civil-militar de 1964 foi surpresa desagradável para as esquerdas brasileiras, particularmente para aqueles ligados de alguma forma ao PCB. Crendo-se apoiadas por setores estratégicos do governo de Goulart e firmemente sustentadas pelos trabalhadores no campo e na cidade, qual não foi seu desconsolo ao se deparar com a apatia ou mesmo a imediata subserviência aos novos ocupantes da cúpula do poder imediatamente demonstrada pelos que a pouco podia se jurar serem fiéis aliados.

O que se passara? Teriam os militantes comunistas superdimensionado a ação junto às bases? Estas, de fato, existiriam? Não se direcionara, oportunisticamente, as demandas populares para outros fins, minando o apoio das massas? E a exagerada importância dada ao trabalhismo, fragilizando o potencial revolucionário do país ao enredar os comunistas nas malhas do populismo? Toda essa ação desastrada, por fim,

não nascera de avaliações da conjuntura derivadas de concepção equivocada, porque extemporânea, da revolução brasileira?

Perseguidos, impiedosamente, por indagações de igual matiz, os mais sensíveis no espectro da esquerda não se podiam furtar a respondê-las. Produziu-se, em consequência, avalanche de obras auto-reflexivas, no campo artístico e intelectual, com o fito único de entender o que acontecera, posto que se perdera a batalha, mas não a guerra. Além do mais, persistiam os problemas com os quais os comunistas historicamente se embateram.

Procura-se, neste ensaio, situar o diagnóstico e a terapêutica da revolução brasileira em quatro obras matriciais do marxismo brasileiro nesse contexto, quais sejam: *A revolução brasileira* (1966), de Caio Prado Jr., *Dependência e desenvolvimento na América Latina* (1969), de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, *A economia brasileira: crítica à razão dualista* (1972), de Francisco de Oliveira, e *A revolução burguesa no Brasil* (1975), de Florestan Fernandes. Por meio delas, busca-se identificar a reconstrução operada no marxismo brasileiro após 1964, em virtude da nova conjuntura gestada, que invalidava as interpretações e as diretrizes do processo revolucionário vigentes no país anteriormente ao golpe.

«A REVOLUÇÃO BRASILEIRA» (1966), POR CAIO PRADO JR.

Nota biográfica

Caio Prado Jr nasceu em São Paulo, no ano de 1907, no seio de tradicional família cafeicultora. De 1924 a 1928, cursa a Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. Estuda também Geografia. Após, milita no PD até 1931, quando adere ao PCB. Publica a primeira obra, *Evolução política do Brasil*, em 1933, livro que representou esforço de tornar nativas as categorias marxianas. Vice-presidente da ANL, é preso após a frustrado *putsch* de 1935. Em 1942, lança a sua obra mais importante, *Formação do Brasil contemporâneo*. Em 1943, funda a Editora Brasiliense e a Gráfica Urupês, seguidas pela Revista Brasiliense, em 1955. Além dos livros de História, publica obras de Economia e Filosofia. É deputado estadual (1945) e constituinte (1947) pelo PCB, logo posto na ilegalidade. Em 1958, tem tese de livre-docência na Faculdade de Direito da USP aprovada, mas lhe é recusada a cátedra, por motivos políticos. É

duramente perseguido pelo regime civil-militar de 1964. Morre em São Paulo, no ano de 1990.

A obra

Assistindo os militares se apropriarem de suas bandeiras de luta, os comunistas se obrigaram a rever as teorias sobre o país que sustentavam a prática política. Nesse sentido, o livro de Caio Prado Jr. é paradigmático¹, haja vista ser um dos primeiros escritos nesse contexto de auto-avaliação das esquerdas desencadeado com o golpe de 1964. A obra é, antes de tudo, crítica profunda dos princípios que pautaram a ação política do PCB, especialmente nos anos que antecederam o golpe.

O autor inicialmente justifica o título do livro. Define, portanto, o que entende por “revolução”, posto que se a tem confundido com “insurreição”. Segundo ele, em assim fazendo, embaralhar-se-ia o meio com o fim. Depois, expressa o objetivo da publicação, isto é, “mostrar que o Brasil se encontra na atualidade em face ou na iminência”² de uma revolução. Mas não somente, a obra visaria também apresentar as diretrizes que deveriam orientar o processo revolucionário, sem perder de vista seu enraizamento na realidade diagnosticada. Logo, seria tarefa inócua, ou melhor, pernicioso, estabelecer *a priori* o tipo da revolução futura. Metodologicamente, o autor condena, pois, o essencialismo metafísico, asseverando que o cientista deve buscar “o que se passa, e não o que é”³, o “acontecer” e não o “ser”. Se o fim da revolução brasileira é o socialismo, este não poderia cegar o militante para os objetivos imediatos, sob pena de sectarismo, que produz isolamento e neutralização política. A tática seria a de se guiar pelas necessidades do presente e não as da revolução vindoura. A teoria e a ação revolucionárias, produtos da dialética, em tudo se oporiam à doutrina. “Método de interpretação”, não receita, a dialética, em subsidiando a teoria da revolução brasileira, permite que se acerque “da conjuntura presente e do processo histórico de que resulta...(dando, assim,) cabal resposta às questões presentes”⁴.

Diferentemente dos revolucionários cubanos, sempre atentos às potencialidades de transformações embutidas no presente, seus êmulos brasileiros agiriam a partir de idéias preconcebidas, o que explica terem se deixado guiar pelo “oportunismo pedagógico,...(que explorava) as aspirações populares por reformas”, do

governo João Goulart, erroneamente tido como de “avanço revolucionário”⁵. Refém de “esquemas abstratos desligados da realidade brasileira”⁶, teriam se isolado do operariado e do campesinato, desassistindo suas lutas em prol da ação de cúpula.

Em seguida, Prado Jr. volta-se para o desvelamento das bases que pautaram a construção do pensamento da esquerda no país. Eminentemente exógenas, desapegadas da realidade nacional, teriam imposto que se enxergasse “os fatos não como são, mas como *deveriam* ser à luz do que se passou ou passa em outros lugares”⁷. Mediante a sua incorporação, “já lá vão para mais de quarenta anos”⁸, nossos revolucionários teriam se convencido de que o Brasil teria que atravessar as etapas anteriores ao socialismo, isto é, o feudalismo e ao capitalismo, se ambicionasse atingi-lo. Negador de Marx, devedor da lei dos três estados de Comte, esse fatalismo histórico desconheceria que as experiências originais que o inspiraram poderiam ter tomado configuração diversa. O método dialético do marxismo, contrário ao determinismo, se caracterizaria justamente pela “explicação dos fatos e das situações históricas pela emergência progressiva deles dentro de um processo em permanente devenir”⁹. O resultado do artificialismo foi separar a teoria da prática e frear as forças e os impulsos revolucionários.

A matriz que gerara o projeto revolucionário no Brasil fora formulada nos anos 20 da centúria passada, junto com o de outros países coloniais ou semicoloniais e dependentes, como produto da III Internacional (1919). Baseada na concepção leninista dos remanescentes feudais da Rússia czarista, a serem extintos por uma revolução de tipo democrático-burguesa, ter-se-ia acrescentado-lhe somente a retórica antiimperialista, desconsiderando-se as agudas diferenças entre aquelas duas classes de países, inclusive no seu interior.

O feudalismo nunca teria existido entre nós. A parceria, que se o procura associar, seria, no Brasil, relação capitalista de trabalho. Quanto ao barracão e o cambão, são resquícios escravistas, nunca feudais. Inexistindo nela o latifundiário feudal e, por conseguinte, o camponês que explora a terra de maneira parcelada, sendo, antes, marcada em sua formação histórica pela integração entre grande propriedade e mão-de-obra escrava, os trabalhadores não exigiriam da estrutura agrária brasileira a reforma agrária, e sim a “obtenção de melhores condições de trabalho e emprego”¹⁰.
Demanda que

integrará o trabalhador cada vez mais, e na medida em que avançar em sua luta e conquistas, na grande exploração que é onde se propõem aquelas reivindicações imediatas; abrindo-se assim eventualmente para ele a perspectiva da socialização, ou pelo menos estatização daquela exploração, e não de sua destruição pelo fracionamento da grande propriedade em que assenta a grande exploração.¹¹

Reconhece-se a reivindicação pela terra encaminhada por foreiros, posseiros e pequenos cultivadores acossados pela pecuária, mas seriam casos particulares, não tendo a ver com relações de produção.

O desprezo do PCB para com as demandas reais do trabalhadores rurais se evidenciaria em numerosos documentos, como os programas de 1954 e 1961, o primeiro se eximindo das questões concernentes às relações de emprego e à extensão da legislação trabalhista para o campo, o segundo alinhavando propostas sem nenhuma sistematização. Já o ideário antiimperialista, transplantando *ipsi litteris* do exemplo dos países coloniais e semicoloniais, transpareceria em informes políticos (1949 e 1954), programas (1954) e teses (1964). O problema, aqui, se situaria nas disparidades entre a história brasileira e a dos asiáticos. Ao passo que nossas raízes e desenvolvimento seriam fundamentalmente externas, isto é, européias, no segundos existiriam sociedades estruturadas anteriormente à conquista.

A “revolução democrático-burguesa de conteúdo antifeudal e antiimperialista” não teria, logo, composição social e distribuição de forças correspondentes no Brasil que autorizassem sua assimilação, pois seríamos desprovidos de conflito básico e essencial que mobilizasse operários, camponeses e burguesia nacional contra latifundiários feudais, burguesia retrógrada e imperialismo. Aqui, entre outras coisas, proprietários rurais e burguesia comercial e industrial, todos capitalistas, se confundiriam; não se poderia, ainda, distinguir a burguesia “compradora” (comercial) da nacional (industrial), principalmente quando se atina para o impulso industrializante da década de 50, acionado em grande medida pelo investimento direto das multinacionais, em consórcio com empresários locais. Quanto à impropriedade das colocações sobre os “camponeses” e aos deslizes no entendimento da ação do operariado, já se comentou.

O autor continuamente reitera que a interpretação do país deve partir dos fatos, nunca da teoria. Mas sem incorrer no empirismo ingênuo, posto que “não são

os fatos em si e como formalmente se apresentam, que mais importa, e sim a sua natureza e qualidade de elos, de momentos de transição do passado que se foi, para o futuro para onde apontam e para onde se dirigem”.¹²

Nesse sentido, nossa situação seria transitória, de um passado colonial em que a produção se voltava para o mercado externo, em direção a um futuro em que o mercado interno se sobressairia. Processo revolucionário que se daria em quatro etapas: “independência política”, “supressão do tráfico africano”, “imigração de trabalhadores europeus” e “abolição do trabalho escravo”.

Dois nós górdios empatarem fundamentalmente a mudança, isto é, o privilégio conferido ao mercado externo e as relações de produção e trabalho vigentes no campo. Daí a diversificação da produção e a industrialização não terem sido suficientes para transformar a “colônia” em “nação”, livrando-nos, assim, das garras do imperialismo.

No que se refere à estrutura social germinada pelas relações de produção e trabalho no país, constata, inicialmente, que os “pólos principais da estrutura social do campo brasileiro” não são o “latifundiário” e o “camponês”, mas o “empresário capitalista” e o “trabalhador empregado”.¹³ Em seguida, defende que a burguesia seria “classe homogênea e coesa”¹⁴, configurando-se incorreção a distinção acima aludida, inspirada no modelo chinês, que levara parte das classes médias e dos trabalhadores a aderirem ao “capitalismo burocrático”, tido como potencialmente revolucionário.

Foca, em seguida, nas “medidas necessárias ou favoráveis”¹⁵ para a ativação das transformações implícitas no curso revolucionário. Estabelecido o fato de que essas se encontram essencialmente no campo, dever-se-ia reconhecer a “luta dos trabalhadores rurais por melhores condições de emprego”¹⁶, não por terra. Logo,

tal programa se desdobra naturalmente em duas tarefas essenciais, que se conjugam e mutuamente se completam: de um lado, assegurar a efetiva aplicação e promover a ampliação e extensão da legislação rural trabalhista destinada a conceder ao trabalhador empregado um estatuto material e social adequado. De outro lado, trata-se de ampliar os horizontes de trabalho e emprego oferecidos pelas atividades econômicas do país, de maneira a assegurar ao conjunto da população trabalhadora ocupação e meios regulares de subsistência.¹⁷

Dessa forma, gerando-se demanda, estimular-se-ia a produção, desencadeando circuito capaz de alavancar “desenvolvimento geral e sustentado”¹⁸. Devia-se, pois, priorizar a “distribuição”, e não a “produção”, como se tem feito.

Mas quais as forças sociais que executarão o programa? Dado que este se baseia nas relações de produção e trabalho predominantes no campo, logicamente o seu protagonista seria o trabalhador rural. O impulso, todavia, devia “vir de fora”, especificamente do

proletariado urbano, cujo nível cultural e político, apurado pela vida da cidade, tão mais intensa e culturalmente mais elevada, o torna apto para aquela tarefa de direção da massa trabalhadora. Tarefa para a qual se acha naturalmente indicado por força das ligações que o prendem àqueles trabalhadores rurais.¹⁹

Aliança que se efetivaria através de “*organização*, seja sindical, seja de outra natureza, inclusive política”²⁰, e que em tudo se diferenciaria da encetada entre operários, esquerdas e capitalismo burocrático, esfacelada pelo golpe civil-militar de 1964. Quanto à função das forças políticas de esquerda, caber-lhes-ia orientar e estimular a união. Já o apoio da opinião pública se asseguraria pela maturidade das ações e pelos ganhos advindos com as mudanças.

O autor finaliza a obra se debruçando sobre o imperialismo, objeto a que não dera devida atenção no livro até o momento, visto ter priorizado enfatizar sua internalização, ou seja, “as bases em que se assenta”²¹. Resultado do expansionismo europeu, a superação da situação colonial imporia ao Brasil que se desconectasse do capitalismo internacional, que o condenava à sua periferia, processo efetuado mediante as transformações revolucionárias supracitadas, que fatalmente o libertariam das injunções do “sistema imperialista”, de que seria, atualmente, “uma de suas engrenagens”²². Assim o fazendo, exerceria papel de liderança na revolução tricontinental, habilitando-se a contribuir “para a elaboração de novo pensamento econômico que preveja uma convivência internacional de *efetiva* solidariedade e ajuda mútua entre todos os povos”²³.

**«DEPENDÊNCIA E DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA» (1969),
POR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO E ENZO FALETTO**

Nota biográfica

FHC, filho e neto de generais progressistas (tudo indica que o pai era comunista), nasceu no Rio de Janeiro, em 1931. Sob a influência de Florestan Fernandes, licencia-se (Ciências Sociais-1952) e doutora-se na USP (1961). Em seguida, faz carreira meteórica no departamento de Sociologia da instituição. Em 1956, rompe com o PCB. De 1958 a 1964, compõe o “grupo de Marx”, reunido em torno de José Arthur Giannotti para estudar *O capital* no original. Em 1962, publica *Escravidão e capitalismo no Brasil meridional*, obra que ecoa as pesquisas raciais estimuladas pela UNESCO no 2º pós-guerra. Após breve período no Laboratório de Sociologia Industrial da Universidade de Paris-Nanterre, onde é orientado por Alain Touraine, traz a lume *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (1963). Aposentado compulsoriamente pelo regime civil-militar instalado em 1964, exila-se no Chile e na França. Durante a década de 70, é arguto analista da política no continente latino-americano. Elege-se senador pelo MDB (1978) e PMDB (1983). Funda o PSDB em 1987, tendo destacada atuação na constituinte (1988). De 1994 a 2002, exerce o mandato de presidente da República.

Enzo Faletto nasceu em Santiago (CHI), no ano de 1935. Licenciado em História, fez o mestrado em Sociologia na FLACSO. Entre 1967 a 1972, ensina Sociologia e Jornalismo na Universidade do Chile. Junta-se então à CEPAL, sem se desvincular da FLACSO. Em 1990, retoma a docência de Sociologia na Universidade do Chile. Falece em 2003.

A obra

Não obstante ter vindo a lume somente em 1969, *Dependência e desenvolvimento na América Latina* teve suas primeiras versões redigidas quatro anos antes, numa Santiago que atraía importantes intelectuais latino-americanos exilados pelas ditaduras militares do continente, congregando-os na FLACSO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) e na Divisão Social do ILPES (Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social), órgão da CEPAL. O Chile magnetizava a *intelligentsia* não somente por sediar estes organismos, mas também pela rica experiência vivenciada sob o governo reformista do democrata-cristão Eduardo Frei (1964-1970).

No prefácio redigido especialmente para a nova edição, Cardoso relata que as duas instituições pensavam diferentemente o desenvolvimento econômico da região. Na CEPAL, Raul Prebisch, Celso Furtado e Aníbal Pinto, entre outros, apostavam no progresso técnico e na industrialização, por meio do estímulo estatal. Na FLACSO, condicionava-se a superação do subdesenvolvimento à implantação do socialismo ou à acentuação do nacionalismo “terceiro-mundista”, dado que se tomava a estagnação econômica como produto direto do imperialismo. Conforme Cardoso, sofrendo de “economicismo” e de “voluntarismo político”, as duas teses não atinariam para a “dinâmica política entre as classes e grupos sociais, no interior de cada país”, nem para as “opções ideológicas e alternativas que o movimento da História abria em cada situação específica”²⁴. Dever-se-ia, ainda, relevar “as variações no modo de relacionamento das economias dos países periféricos com as economias desenvolvidas”²⁵.

Contextualizando a economia latino-americana do segundo pós-guerra, Cardoso e Faletto situam o auge do desenvolvimentismo, como prática e teoria, na década de 50, enxergando seu declínio na década seguinte, quando se esgota o modelo da substituição de importações. Proclamam, então, de pronto, os riscos da substituição pura e simples das análises econômicas do continente pelas de cunho sociológico. Estas, avocando uma tipologia que divide as sociedades em “tradicionais” e “modernas”, seriam caudatárias de uma visão da mudança social que supervalorizava os “efeitos de demonstração” (dos países desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos) em detrimento da “análise das condições específicas da situação latino-americana e o tipo de integração social das classes e grupos”²⁶. Constata-se, pois, esforço de demonstração da inconsistência dos diagnósticos puramente estruturais, e da precisão de se lhes agregar o “processo” ou a história. Ou seja, não se poderia de forma alguma desconsiderar “o problema do controle social da produção e do consumo”²⁷.

Em seguida, narram a inserção dos países americanos “ao sistema mundial de poder e à periferia da economia internacional”²⁸. Ocorrida no século XIX, essa introdução (de antigas colônias de “população”, de “exploração” e “reservas territoriais praticamente inexploradas”) dar-se-ia basicamente de duas formas: com o “controle nacional do sistema produtivo” ou como “economias de enclave” (investimento externo direto), ambas assentadas na exportação de produtos primários.

Para desvendar a experiência recente do continente, os autores debruçam-se inicialmente sobre as três primeiras décadas do século XX, quando “a diferenciação da própria economia exportadora criou as bases para que, na dinâmica social e política, comesçassem a se fazer presentes, além dos setores sociais que tornaram possível o setor exportador, também os setores sociais chamados ‘médios’”.²⁹

Depois, retratam o período que se estende da década de 30 a de 50. Aqui, o foco é na constituição de “‘sociedades urbanas de massas’, baseadas em economias insuficientemente industrializadas”, e de uma “economia industrial diferenciada” (substitutiva). Quanto à última, os autores identificam três modelos de industrialização: “liberal” (baseado no capital privado, originado da agroexportação), “nacional-populista” (ancorado no pacto entre novas forças sociais-Estado-setor agroexportador) e “orientada por um ‘Estado desenvolvimentista’”.

A partir de 1950 delinear-se-ia nova fase do dependentismo, nascida com a falência do modelo substitutivo e a conseqüente “abertura do mercado interno para fora”³⁰, via alocação de investimentos diretos das multinacionais no setor de bens intermediários e de capital. Processo que demandaria regimes políticos autoritários para se assentar, dado “intensificar o padrão de *sistema social excludente* que caracteriza o capitalismo nas economias periféricas”³¹. Ao contrário de alguns seus pares, os autores não vêem, pois, contradição essencial entre desenvolvimento e dependência. Mas a combinação seria explosiva:

Lutando contra o tempo, o novo sistema de poder tenta consolidar-se antes que as brechas favoráveis à oposição se acentuem. Tudo leva a crer que a passagem para o estabelecimento de um modo capitalista-industrial de produção relativamente desenvolvido em países dependentes se assente em regimes políticos autoritários (sejam militares ou civis), cujo ciclo de duração dependerá tanto dos êxitos econômicos e do avanço que possam lograr na reconstrução social quanto do caráter, do tipo de ação ou do êxito dos movimentos de oposição baseados nos grupos e classes que assinalamos anteriormente.³²

«A ECONOMIA BRASILEIRA: CRÍTICA À RAZÃO DUALISTA» (1972), POR FRANCISCO DE OLIVEIRA

Nota biográfica

Francisco de Oliveira nasceu em Recife, em 1934. É formado em Ciências Sociais. De 1959 a 1964, trabalha com Celso Furtado na SUDENE, onde exerce o cargo de superintendente-adjunto. Após o golpe de 1964, exila-se, a serviço da ONU, na Guatemala. Em 1966, muda-se para o México, onde ensina no Centro de Estudos Monetários Latino-Americanos. No retorno ao Brasil, em 1970, junta-se ao recém-fundado CEBRAP, onde permanece até 1995. Em 1977, publica *Elegia para uma re(li)gião*, uma de suas principais obras. Leciona Economia na PUC e Sociologia na USP. Nesta instituição, exerce o cargo de coordenador-executivo do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic). É um dos que fundam o PT em 1980. Abandona o partido em 2003, por discordar de sua orientação política. No ano seguinte, ajuda a criar o PSOL.

A obra

Publicado inicialmente em 1972, na revista do CEBRAP, *A economia brasileira: crítica à razão dualista* nasceu de discussões ocorridas no instituto, em torno do suposto caráter dualista da economia brasileira, popularizado por Celso Furtado. Oliveira explicita logo o objetivo do texto: revisar o modo como se tem tradicionalmente captado o processo de industrialização brasileira pós-1930, particularmente seu enquadramento dentro de um modelo de subdesenvolvimento singular. Na sua visão, este somente podia ser entendido como “produção” da expansão do capitalismo, nunca como sua oposição ou estágio inferior. Haveria que se enfatizar os conflitos entre as “classes sociais internas” em detrimento daqueles que opõem as nações. Vê-se, logo, a importância de FHC em seu raciocínio.

O autor principia com as transformações na economia brasileira após a revolução de 30, momento em que passaria de eminentemente “agrário-exportadora” para “urbano-industrial”. Por meio de “nova correlação de forças sociais,...reformulação do aparelho da ação estatal...(e) regulamentação dos fatores...”³³, criar-se-iam as condições para o desenvolvimento do mercado interno. Gerar-se-ia, não obstante, no processo, setor terciário ou de serviços desproporcional, que em nada se configuraria como anomalia, “inchação” ou “marginalização”, sendo, ao contrário, estrutural e funcionalmente necessários ao novo modo de acumulação. Logo,

a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo.³⁴

Logo, dever-se-ia atinar para as particularidades da revolução burguesa no país, processo que não exigira, como no modelo clássico, “crise...na totalidade da economia e da sociedade”, mas apenas “nas relações externas com o resto do sistema”³⁵. Dada a não superação completa do modo de acumulação anterior e o superdimensionamento do terciário, emergiria o populismo como forma da política. Seria um tipo de revolução que tende “a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação do excedente num setor como o de serviços”³⁶.

Devotando-se à “aceleração da acumulação capitalística” do período Kubitschek, via “associação com o capital estrangeiro” e “aumento da exploração da taxa de exploração da força de trabalho”, diagnostica que essa variante de desenvolvimento germina crise ao nível das relações de produção, quando o operariado passa a questionar o pacto populista, que encobre a “assimetria da distribuição dos ganhos de produtividade e da expansão do sistema”³⁷. O golpe de 1964 seria tributário dessa crise de realização institucional, e não econômica, como se pensa.

Quanto à expansão no pós-64, pergunta-se se representa “nova revolução econômica burguesa ou progressão das contradições”³⁸. Procura, então, responder a indagação, mediante a avaliação das políticas econômicas encetadas pelo regime militar. Constata a continuidade da exploração da acumulação primitiva, a “resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas... (*sendo*) ‘resolvida’ pelo aprofundamento da exploração do trabalho”³⁹. Decide-se, pois, pela segunda opção, característica de uma “contra-revolução”, aparentada ao fascismo pela “combinação de expansão econômica e repressão”⁴⁰.

O autor conclui inquirindo se esse modelo de expansão capitalista assentado na concentração de renda poderia subsistir. Não se colocando em dúvida a capacidade de realização dos setores voltados para o consumo dos de renda alta, configurar-se-ia,

todavia, crise potencial na “realização da mais-valia”, haja vista “a capacidade de poupança da economia brasileira excede(r) as necessidades da acumulação real”⁴¹. O próprio dinamismo da economia, como em 1929, podia levá-la ao colapso. Logo, “parece muito evidente que este (*o futuro*) está marcado pelos signos opostos do ‘apartheid’ ou da revolução social”⁴².

«A REVOLUÇÃO BURGUESA NO BRASIL» (1974), POR FLORESTAN FERNANDES

Nota biográfica

Florestan Fernandes nasceu em São Paulo, em 1920. Órfão de pai, trabalha desde cedo para sustentar a si e a mãe, o que compromete os estudos, feitos irregularmente. Entre 1940 e 1951, cursa a licenciatura e o bacharelado em Ciências Sociais, na USP, e o mestrado e o doutorado em Sociologia e Antropologia, na Escola Livre de Sociologia e Política, onde se debruça sobre os tupinambás. Nesses anos, milita no trotskista PSR. Em 1953, inicia a docência na USP. No início da década de 60, envolve-se na campanha em defesa da escola pública. Publica, em 1964, *A integração do negro na sociedade de classes*, uma de suas obras mais significativas. Aposentado compulsoriamente pelo regime militar em 1969, exila-se no Canadá, onde ensina na Universidade de Toronto, até 1972. Retorna à docência em 1977, na pós-graduação da PUC (SP). Em 1980, funda, com outros, o PT, partido pelo qual exerce mandato de deputado federal por duas legislaturas seguidas (1986 a 1994). Tem destacada atuação na Constituinte, em torno de temas relacionados à LDB, polemizando com Darcy Ribeiro. Falece em 1995.

A obra

Em “Nota explicativa”, Fernandes afirma que começara a escrever a obra em 1966, em resposta ao golpe de 1964. É de se crer que o evento confirmara sua idéia, já ensaiada n’*A integração do negro na sociedade de classes* (1964), de que a revolução burguesa no país deteria especificidades que desautorizam sua assimilação ao modelo clássico. Diferentemente deste, em que a burguesia optara pela democracia, no Brasil a escolha se daria pelo autoritarismo. O esforço, pois, vai ser o de desvendar a trajetória particular do capitalismo brasileiro que explica a ação hesitante da burguesia nacional, incapaz de cumprir, como suas congêneres européias, seu papel histórico.

Divergindo da tese feudal de Nelson Werneck Sodré, que descrê a existência de uma burguesia brasileira, somente identificada a partir da revolução de 30, colocando-se também contra a tese capitalista de Caio Prado Jr., que enxerga no senhor de engenho um empreendedor capitalista, o autor dirá que a burguesia nacional desenvolveu-se paulatinamente, num processo mais de amalgamação e acomodação com a oligarquia agrária do que de superação. Nesse sentido, subdivide a revolução burguesa em quatro processos: “um processo político”, “um processo econômico”, “um processo sociocultural” e “um processo sócio-econômico”.

O “processo político” se refere aos anos da Independência (1808-1822), momento em que se faria o desligamento formal com a metrópole mas se manteve a estrutura econômica colonial, baseada no latifúndio monocultor, escravista e exportador. Todavia, transformação importante adviria do fato de que o comércio externo pôde ser controlado internamente, possibilitando uma burguesia nascente.

O “processo econômico” representa as conseqüências dessa modificação nas relações entre a economia interna e a externa, entre 1822 e 1888. Com a internalização das atividades mercantis e financeiras, estes setores teriam se modernizado, assumindo caracteres capitalistas, inclusive a mentalidade dos seus agentes.

O “processo sociocultural”, decorrência dos dois anteriores, geraria, a partir de 1870, dois tipos humanos essenciais para a revolução burguesa, o fazendeiro do café (oeste paulista) e o imigrante (europeu e asiático). O primeiro, por modernizar a plantação, mediante uso de mão-de-obra livre e tecnologia, responsáveis pelo aumento da produtividade. O segundo, pela mentalidade capitalista trazida para as atividades em que se empenharia, isto é, agricultura, indústria e comércio.

O “processo sócio-econômico” diz respeito à manumissão dos escravos e o decorrente impulso à ordem social competitiva, a partir de 1888. Surge, então, um novo Estado, de matriz republicana, que serviria à burguesia, porém marcado por resquícios patriarcais, daí seu oligarquismo e autoritarismo.

As limitações da burguesia brasileira dever-se-iam mais à nossa histórica subordinação ao capital internacional do que à sua apatia. As três fases da revolução burguesa brasileira seriam na verdade readaptações da economia interna aos sucessivos padrões de acumulação capitalista mundial, daí seu caráter dependente e autoritário e

não nacional e democrático. Veja-se: de 1808 a 1860, fase de transição neocolonial, nos articularíamos com o mercado capitalista moderno; de 1860 a 1950, consolidaríamos o mercado interno, em concomitância com o capitalismo competitivo global; finalmente, de 1950 a 1964, dar-se-ia consórcio entre Estado, multinacionais e burguesia nacional, justamente no momento em que o capitalismo monopolista se consolidava.

Dado o estado das coisas, Fernandes antevê dois caminhos para o subcapitalismo (capitalismo autocrático) brasileiro:

...cabe perfeitamente admitir que as classes burguesas, apesar de tudo, levaram água demais ao moinho e que acabarão submergindo no próprio processo político que desencadearam, ao associar a aceleração do desenvolvimento capitalista com a autocratização da ordem social competitiva. No contexto histórico de relações e conflitos de classes que está emergindo, tanto o Estado autocrático poderá servir de pião para o advento de um autêntico capitalismo de Estado, *stricto sensu*, quanto o represamento sistemático das pressões e das tensões antiburguesas poderá precipitar a desagregação revolucionária da ordem e a eclosão do socialismo. Em um caso, como no outro, o modelo autocrático-burguês de transformação capitalista estará condenado a uma duração relativamente curta. Sintoma e efeito de uma crise muito mais ampla e profunda, ele não poderá sobrepor-se a ela e sobreviver à sua solução.⁴³

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco se fala hoje na “revolução”. Na academia, o termo é debatido unicamente sob o viés da história intelectual e política, aparentemente não mais servindo para explicar a realidade atual do país. No âmbito político, somente é usado por agremiações de somenos importância, geralmente de extrema-esquerda.

Não muito tempo atrás, ele mobilizava amplos contingentes, significando transformação profunda. Tamanha era sua força que os militares, ao se assenhorearem do poder em 1964, não hesitaram em propagandar que estavam instituindo uma “revolução”. O mesmo havia acontecido em 1930, quando Getúlio apropriara-se da retórica do BOC.

Após a experiência traumática de duas décadas de regime de exceção, cuja parte de responsabilidade se atribui às práticas autoritárias da própria esquerda, poucos se aventuram hoje a hastear essa bandeira. A palavra de ordem atual é “cidadania”, não

importando se é dita por um progressista ou um conservador, exteriorizada por um favelado ou uma modelo no reclame da televisão.

Palavras usadas indiscriminadamente se gastam, perdem o poder explicativo. Posto que a ordem liberal não tem conseguido superar seus dilemas, terá o termo “cidadania” já se desgastado? Ventos andinos trazem consigo uma palavra que parecia morta...

NOTAS

¹ Daí o maior espaço conferido à obra, em relação às outras, no presente ensaio.

² PRADO Jr., Caio. *A revolução brasileira*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1966, pp. 02-03.

³ *Ibid.*, p. 09.

⁴ *Ibid.*, p. 15-16.

⁵ *Ibid.*, p. 22.

⁶ *Ibid.*, p. 31-32.

⁷ *Ibid.*, p. 36.

⁸ *Ibid.*, p. 38.

⁹ *Ibid.*, p. 41.

¹⁰ *Ibid.*, p. 68.

¹¹ *Ibid.*, p. 88-89.

¹² *Ibid.*, p. 122-123.

¹³ *Ibid.*, p. 162.

¹⁴ *Ibid.*, p. 180.

¹⁵ *Ibid.*, p. 209.

¹⁶ *Ibid.*, p. 217.

¹⁷ *Ibid.*, p. 243-244.

¹⁸ *Ibid.*, p. 263.

¹⁹ *Ibid.*, p. 278-279.

²⁰ *Ibid.*, p. 283-284.

²¹ *Ibid.*, p. 299.

²² *Ibid.*, pp. 300-303.

²³ *Ibid.*, p. 332.

²⁴ CARDOSO, Fernando Henrique e FALLETO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*: ensaio de interpretação sociológica. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 08.

²⁵ *Ibid.*, p. 08-09.

²⁶ *Ibid.*, p. 32.

²⁷ *Ibid.*, p. 37.

²⁸ *Ibid.*, p. 56.

²⁹ *Ibid.*, p. 74. Entende-se por setores “médios” as classes médias urbanas e a burguesia industrial e comercial.

³⁰ *Ibid.*, p. 156.

³¹ *Ibid.*, p. 160.

³² *Ibid.*, p. 176-177.

³³ OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira*: crítica à razão dualista. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987, p. 14.

³⁴ *Ibid.*, p. 36.

³⁵ *Ibid.*, p. 39.

³⁶ *Ibid.*, p. 44.

³⁷ *Ibid.*, p. 60.

³⁸ *Ibid.*, p. 64.

³⁹ *Ibid.*, p. 75.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 75.

⁴¹*Ibid.*, p. 83.

⁴²*Ibid.*, p. 87.

⁴³FERNANDES, Florestan. “A revolução burguesa no Brasil”. In: SANTIAGO, Silviano (org). *Intérpretes do Brasil*. vol 3. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002, p. 1812.